TODOS CONTRA O MOSQUITO

Prefeitura inicia Mutirão de Limpeza contra dengue no município

LIRAa apontou um alto índice de número de larvas do mosquito

ANNA CAPISTRANO / Assessoria

Com o objetivo de combater os focos de proliferação do mosquito aedes aegypti no município, a Prefeitura de Diamantino, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria de Infraestrutura e Obras, deu início no bairro da Ponte, ao Mutirão de Limpeza "Diamantino Contra a Dengue".

Iniciando pelos bairros da Ponte, Popino e Progresso, o mutirão contou com o trabalho dos Agentes de Combate a Endemias (ACE), que realizaram visitas domiciliares, orientando e alertando os moradores sobre os riscos do mosquito nos quintais das residências.

Além do trabalho de orientação aos residentes, a ação contou com a força das equipes da Secretaria de Infraestrutura e Obras que recolheram, com pá carregadeiras, caçambas e caminhões, os lixos e entulhos que a população organizou para fora dos quintais.

> "Para diminuir o número de casos de dengue no município

O Prefeito, Dr. Manoel Loureiro, acompanhou as atividades do mutirão e destacou o compromisso da gestão na diminuição dos casos de dengue no município. "O mutirão visa o combate ao mosquito transmissor da dengue. É um trabalho encabeçado pela Secretaria de Saúde e Secretaria de Obras, mas conta com o apoio de todas as demais secretarias da Prefeitura. É uma junção de esforços de toda gestão municipal para diminuir o número de casos de dengue no município e trabalhar em prol da proteção da saúde da nossa população", reforçou o gestor.

Coordenador da Vigilância Ambiental em Diamantino, Lucas Adolfo, compartilhou o resultado do levantamento de índice do mosquito aedes aegypti na cidade e a importância da realização do mutirão de limpeza. "O Levantamento Rápido de Índices para o Aedes aegypti (LIRAa) do mês de janeiro nos apontou um alto índice de número de larvas do mosquito em Diamantino, pensando nisso, estamos realizando esse mutirão de limpeza para diminuir os focos de proliferação. Infelizmente tivemos um óbito em 2022 e outro em 2023, essa ação vem para conscientizar a população sobre a importância da limpeza de lotes, terrenos e quintais", ressaltou.

Também estiveram presentes no mutirão servidores da Secretaria de Educação, da Secretaria de Administração, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Fazenda.

Mutirão seguirá em todos os bairros

Em Mato Grosso, 12 dos 141 municípios não repassaram

SUS

Três municípios da região ainda não repassaram dados à Saúde

Alto Paraguai, Brasnorte e Campo Novo ainda não informaram

REDAÇÃO EB / Brasil 61

Estados e municípios que não informaram os dados sobre a aplicação mínima de recursos em ações e serviços de saúde, determinada pela Constituição Federal, estão sujeitos à medida administrativa e podem ter a suspensão das transferências constitucionais. Até o início da manhã de terça-feira, 7, o estado do Rio de Janeiro e 564 municípios de todas as regiões do país ainda não haviam realizado a transmissão dos dados ao Sistema de Informação de Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).

Em Mato Grosso, 12 dos 141 municípios não repassaram. Da região polarizada por Tangará da Serra, os municípios que ainda não repassaram as informações são Alto Paraguai, Brasnorte e Campo Novo do Parecis.

A homologação é relativa aos dados do 6º bimestre de 2022. O objetivo é verificar se o ente federado investiu o mínimo previsto na Constituição — 12% da arrecadação própria para estados e 15% para municípios — em serviços de saúde. Caso a declaração seja inferior a esses percentuais, o ente passará a receber as parcelas de transferências constitucionais em conta específica vinculada ao CNPJ do fundo de saúde e não mais em sua conta única até que a situação seja regularizada.

O especialista em orçamento público César Lima explica o que pode acontecer nos casos de não homologação dos dados dentro do período estabelecido. "O gestor, o município, quando está com essa irregularidade, isso pesa para ele lá no Cadastro Único de Convenientes, o impossibilita de ter transferências voluntárias através de convênios ou contratos de repasse com a União, impossibilita o ente de ter garantias oferecidas pela União no caso de empréstimos e também pode levar o gestor a ficar inelegível", pontua.

De acordo com o Ministério da Saúde, o SIOPS foi criado para garantir o acesso da população e o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).